

A propriedade do corpo. O lugar da diferença nos discursos de homens e mulheres acerca do aborto voluntário*

Martha Celia Ramírez**

Resumo

A gravidez não desejada que termina em aborto constitui uma situação de tensão que atinge homens e mulheres; no entanto, ela coloca seus protagonistas em níveis de envolvimento diferencial em função da experiência corporal. Este trabalho toma como eixo de discussão os depoimentos de mulheres e homens comprometidos em uma experiência de aborto voluntário, procurando reconhecer a inflexão relacional introduzida pela perspectiva analítica de gênero. A gravidez é um fato inscrito no corpo das mulheres, o que lhes confere preeminência e domínio no campo reprodutivo, ao menos entre o grupo pesquisado. Isto é, a experiência corporal é definidora da autonomia e direitos reprodutivos entre as mulheres, limitando o campo de atuação dos homens.

Palavras-chave: Gênero, Corpo, Aborto.

* Agradeço a Mariza Corrêa, Iara Beleli, Flávia Motta e João José R.L. Almeida pela atenciosa leitura. Recebido para publicação em setembro de 2000.

** Doutoranda em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ UNICAMP. Bolsista FAPESP.

Aborto voluntário

Body Ownership
The Place of Difference in the Discours of Men and Women
about Voluntary Abortion

Abstract

Unwanted pregnancy that ends in abortion constitutes a stressful situation that affects both men and women. However, the protagonists face different emotional involvement as a result of the body experience. The axis of this paper are the accounts of women and men involved in an voluntary aborption experience, trying to recognize the relational inflection introduced by an analytical gender perspective. Pregnancy is a bodily fact in women, what confer preeminence and domain in reproductive field, at least among the surveyed group. That is, body experience defines autonomy and reproductive rights among women, limiting the field of action of men.

Key words: Gender, Body, Abortion.

As discussões que se realizam neste artigo têm por referência os depoimentos de mulheres e homens que foram entrevistados como parte da minha dissertação de mestrado.¹ Esta pesquisa visou explorar como o campo reprodutivo é configurado em diversos âmbitos: o político, o conceitual e o das representações de homens e mulheres, observando quais são os repertórios que fundamentam suas noções e as dinâmicas de gênero que operam em cada um deles. A análise se realizou tomando como ponto de referência questões relativas ao aborto voluntário.

Proponho-me apresentar algumas das análises decorrentes dos repertórios que estão subjacentes às negociações das mulheres e dos homens envolvidas/os na resolução de uma gravidez não desejada e/ou inoportuna que termina em aborto. Ao privilegiar aqui o desenvolvimento empírico desta pesquisa, arriscou-me a reduzir ou a limitar a discussão teórica que embasou a análise, sendo que por sua extensão e complexidade ultrapassam os limites deste artigo.

Estou ciente de que tais discussões me levam a um debate denso e espinhoso, possivelmente por caminhos escorregadiços. Trata-se, em última instância, da definição de direitos reprodutivos que, na nossa sociedade, estão ancorados no que Laqueur² chama “el hecho de la carne”, isto é, na vivência da gravidez incorporada, até agora, necessariamente num corpo feminino.

O debate acerca do aborto envolve questões no plano da ordem política e do poder, uma vez que sua discriminação permitiria desligar as mulheres da teleologia própria das funções reprodutivas, colocando em discussão o sentido da maternidade como uma escolha pessoal e não como destino natural. Introduzir a perspectiva masculina na discussão sobre o aborto torna mais

¹ RAMÍREZ-GALVEZ, Martha Celia. Os impasses do corpo: ausências e preeminências de homens e mulheres no caso do aborto voluntário. Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia, IFCH/UNICAMP, abril de 1999, sob orientação da prof^a dr^a Mariza Corrêa.

² LAQUEUR, Thomas. Los hechos de la paternidad. *Debate feminista*, año 3, vol. 6, septiembre de 1992.

Aborto voluntário

complexo o debate sobre os direitos reprodutivos do que já é, porque não é possível ignorar o contexto político em que ele surge: a reivindicação pela autonomia corporal e, portanto, à livre escolha, como condição para a autodeterminação e cidadania das mulheres.

Mulheres e homens em relação

Gostaria de argumentar brevemente porque os homens foram chamados a falar de suas experiências de interrupção de uma gravidez³, quando esta temática tem sido tradicionalmente tratada como um assunto de mulheres. No campo dos estudos sobre reprodução identifica-se, recentemente, a preocupação pela incorporação da dimensão masculina no assunto, o que é interpretado de diversas maneiras: enquanto que para alguns tal tendência é derivada dos interesses de agências financiadoras internacionais para conhecer o papel do homem na reprodução, com o propósito de desenvolver políticas e programas específicos para reduzir a taxa de fecundidade; para outros, é uma resultante da perspectiva de gênero. Esta última é entendida como a modulação dos dois sexos em um sistema de produção de significados, de representações e auto-representações produzidas pelas diferentes tecnologias sociais, e não como propriedade dos corpos.⁴

Contudo, não gostaria de procurar só na teoria os argumentos que me levaram a considerar as vozes masculinas

³ Ao falarmos da experiência de aborto entre os homens, estamos-nos referindo à interrupção – feita pela parceira – de uma gravidez na qual ele é co-participante.

⁴ A perspectiva de gênero à qual me refiro é desenvolvida principalmente por Teresa de Lauretis e Judith Butler. Ver LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: BUARQUE DE HOLANDA, H. (org.) *Tendências e impasses. O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994; BUTLER, J. *Gender Trouble. Feminism and the subversion of identity*. New York, Routledge, 1990.

nestes assuntos.⁵ Não é o caso de me estender aqui sobre a minha trajetória profissional, porém gostaria de mencionar brevemente minha proximidade com o aborto (desde a perspectiva de intervenção e pesquisa), cuja história é de mais de dez anos.

Quando ainda era estudante de psicologia, comecei a me interessar pelos fatores emocionais associados à experiência do aborto. Conhecer as dramáticas histórias de mulheres internadas em hospitais por causa de procedimentos de interrupção feitos inadequadamente, com sérios riscos para sua saúde e vida, levou-me à procura da dimensão política do assunto, que estava sendo obnubilada pela psicologização do evento. Passei então ao engajamento político, vinculando-me a uma ONG feminista que oferecia, entre outros serviços, apoio e acompanhamento psicológico às mulheres que decidiam interromper uma gestação.

Nesse período, que durou mais de seis anos, foram muitas e diferentes as histórias que acompanhei. O atendimento às mulheres visava, entre outras questões, promover entre elas reflexões acerca de seu direito à autonomia e à livre escolha. Não obstante, as mulheres não estavam sozinhas nesse processo. Grande parte delas acudia ao serviço na companhia de seus parceiros. Para a instituição, estes não eram mais do que acompanhantes, ou, em muitos casos, fatores de pressão ou de empecilho para o processo de decisão delas. Às vezes, eles

⁵ Recentemente, no Brasil, encontramos a publicação de vários artigos ou coletâneas que introduzem ou analisam as perspectivas masculinas sobre gênero e sexualidade, gênero e reprodução. Ver por exemplo: PISCITELLI, Adriana. Gênero em perspectiva. *Cadernos Pagu* (11), Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu, Unicamp, 1998, pp.141-155; ARILHA, M.; RIDENTI, S.; MEDRADO, B. (orgs.) *Homens e masculinidades. Outras palavras*. São Paulo, ECOS/Ed. 34, 1998; Dossiê Masculinidades. *Estudos Feministas*, vol. 6, nº 2, 1998; BILAC, Elizabete e ROCHA, Maria Isabel da. *Saúde Reprodutiva na América Latina e no Caribe*. Campinas, PROLAP, ABEP, NEPO-UNICAMP/Ed. 34, 1998; Dossiê Relações de Gênero e saúde reprodutiva. *Estudos Feministas*, vol. 8, nº 1, 2000; BILAC, E.; OLIVEIRA, M.C.; MUZSKÁT, M. O homem de família: conjugalidade e paternidade em camadas médias nos anos 90. Trabalho apresentado na *XXIV Reunião da ANPOCS*, 2000.

Aborto voluntário

constituíam cabos soltos que deviam ser fixados para proteger a mulher. Por uma conjuntura institucional, que não vem ao caso especificar, eles começaram a ser chamados à consulta. Incluí-los implicou em escutá-los, ouvir suas posições frente à gravidez que estava em questão, suas idéias, atitudes, aspectos morais, religiosos frente ao aborto; suas expectativas na relação, seus medos e outras questões que tinham sido mobilizadas a partir da ocorrência dessa gravidez. Embora não tenha sido feita uma pesquisa que sistematizasse o efeito desta inclusão, na minha avaliação do atendimento, notava benefícios para a instituição e para o processo da mulher e do casal.

Os parceiros envolvidos na situação tinham muito a dizer, a perguntar, a discutir. Eles estavam tão presos a valores e processos sociais quanto as mulheres. Disto se derivava a necessidade de envolvê-los no trabalho de questionamento e revisão das atitudes ligadas à situação. Nesse sentido, compartilho as inquietações de Arilha acerca de que

Alguns profissionais de saúde que operam junto aos serviços de saúde pública têm alertado para o fato de que seria mais fácil continuar estimulando os homens a serem colaboradores dos processos de saúde das parceiras. Porém, seria isso desejável? Homens, de todas as faixas etárias, não deveriam também se tornar sujeitos de direitos no campo dos direitos sexuais e reprodutivos? O que isto significa concretamente? Que mudanças na formulação das políticas deveriam ser desenvolvidas?⁶

Se anteriormente tinha sido instigada pelas questões políticas obscurecidas pela psicologização do aborto, posteriormente outras perguntas foram-se esboçando nessa prática militante. Como já foi dito, o serviço dessa ONG pretendia, partindo de uma situação concreta, altamente conflituosa e

⁶ ARILHA, Margareth. Homens: entre a “zoeira” e a “responsabilidade”. In: ARILHA, M.; RIDENTI, S.; MEDRADO, B. (orgs.) *Homens e masculinidades*. Op. cit., p.71.

subversiva, fornecer às mulheres ferramentas de análise para que conseguissem legitimar sua decisão em função do direito à autonomia, visando melhorar suas condições de vida e procurando uma maior equidade nas suas relações. Contudo, vivemos em um “mundo de relações” e, particularmente na reprodução, há um outro que, ainda que fundamental no processo, não estava sendo considerado. Aliás, o que significa falar de equidade de gênero no campo reprodutivo? Quais eram as conceitualizações sobre gênero que estariam por trás dessa prática feminista, que insistia em ajudar as mulheres, excluindo os homens ou visualizando-os como os vilões da história?

O campo da reprodução sexuada é por definição relacional, estabelecem-se relações nas quais cada um dos participantes faz sua correspondente performance de gênero. Será que é possível modificar as condições das mulheres, as dinâmicas de poder e contra-poder, a qualidade de seus relacionamentos sem incorporar a dimensão masculina? Vários destes aspectos do atendimento me levaram a querer analisar, a partir do plano conceitual, uma série de questões continuamente sentidas como incompreensíveis no meu envolvimento político e cotidiano com a questão dos direitos reprodutivos.

Com relação à interrupção de uma gravidez, Ardaillon⁷ coloca que o direito ao aborto é um direito especificamente originado pelo corpo que tem sexo feminino, mas também o ato reprodutor envolve homens. Na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) se consagraram os direitos reprodutivos a serem exercidos sem nenhum tipo de discriminação. Tratar-se-á, então, do direito de casais e de indivíduos (homens e mulheres) para tomar decisões quanto a sua reprodução. Se, além disso, tomarmos as potenciais relações de aliança que se fazem iminentes com o surgimento de uma

⁷ ARDAILLON, Daniele. Cidadania de corpo inteiro. Discursos sobre o aborto em número e gênero. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, FFLCH/USP, São Paulo, 1997.

Aborto voluntário

gravidez, vemos que o evento envolve uma série de relações sociais nas quais se inscreve o casal. Adiantando-me às questões que serão debatidas mais adiante, consideramos que talvez seja mais adequado pensar a reprodução incorporando, como sugerido por Figueroa⁸, as negociações que subjazem à construção dos processos reprodutivos.

Há mais razões para considerar a articulação da perspectiva masculina ao campo reprodutivo. Uma delas surge também do reconhecimento da inflexão relacional introduzida pela perspectiva analítica de gênero. Além do mais, pelo interesse de explorar as dinâmicas de gênero num campo em que homens e mulheres são envolvidos diferencialmente, em função de uma perspectiva ocidental que inscreve a gravidez no corpo da mulher. Parece-nos importante explicitar que os direitos reprodutivos, que atualmente são definidos e reivindicados, correspondem a uma interpretação ocidental e contemporânea da reprodução.⁹

Outra razão, ainda que periférica, surge da quantidade de narrativas femininas acerca do aborto, contrária à suposição de Costa¹⁰, que afirma não existir relatos suficientes do olhar feminino sobre o aborto. Basta fazer um levantamento bibliográfico sobre a temática para se dar conta de que este tem sido um assunto sobre mulheres, contado por mulheres. Uma

⁸ FIGUEROA, Juan Guillermo. Derechos reproductivos y feminismo en la experiencia de los varones. *Estudos Feministas*, vol. 8, n° 1, 2000.

⁹ A Antropologia e a História proporcionam vários exemplos de outras formas de compreensão e interpretação das diferenças sexuais e da reprodução. Veja-se, por exemplo, STRATHERN, Marilyn. No nature, no culture: the Hagen case. In: MACCORMACK, C.; STRATHERN, M. (eds.) *Nature, culture and gender*. Cambridge, Cambridge University Press, 1980; *The gender of the gift. Problems with women and problems with society in Melanesia*. California, Los Angeles, Berkeley, University of California Press, 1988; Necessidade de pais, necessidade de mães. *Estudos Feministas*, ano 3, n° 2, 1995; LAQUEUR, Thomas. *La construcción del sexo. Cuerpo y género desde los griegos hasta Freud*. Madrid, Ediciones Cátedra S.A., 1994.

¹⁰ COSTA, Cláudia. O tráfico do gênero. *Cadernos Pagu* (11), Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu, Unicamp, 1998, pp.127-140.

evidência disto é proporcionada por Tolbert, Morris e Romero que, ao analisar os estudos sobre aborto na América Latina, financiados pelo Population Council, encontraram que uma alta proporção deles chama a atenção acerca da importância do parceiro no processo de interrupção. No entanto, as autoras observaram ainda que nas pesquisas se assinala sistematicamente a relevância da participação do parceiro no aborto, este é ignorado ou subestimado na interpretação dos dados e na discussão dos resultados. Tal achado levou-as a refletir acerca das teorias e vieses dos enfoques que orientam as investigações neste campo, focalizando o processo na mulher:

si estamos influenciados por el argumento político feminista, podemos forzar la interpretación para que se enfoque en las instancias de mujeres que defienden los derechos reproductivos, ignorando otros factores que las mujeres están tratando de expresar.¹¹

Introduzir a perspectiva masculina no debate sobre a reprodução e, especificamente, sobre o aborto voluntário não implica o silenciamento ou deslocamento das mulheres nesta área. Considero que estas dinâmicas não atuam na forma de um modelo hidráulico¹², no qual se um dos gêneros ganha, o outro necessariamente perde. Parece-me que o problema é mais fundo, pois o desafio orienta a pensar a reprodução como um processo

¹¹ TOLBERT, K.; MORRIS, K.; ROMERO, M. *Los hombres y el proceso de decisión respecto al aborto: hacia un modelo de relaciones de género y el aborto*. Trabalho apresentado no *Encuentro de investigadores sobre aborto inducido en América Latina y el Caribe*, Universidad Externado de Colombia, Santafé de Bogotá, 1994.

¹² Figura usada por Sônia Correa em discussão no *Seminário Homens, Sexualidade e Reprodução*, organizado por GESMAP/ECOS e pelo Programa de Estudos em Sexualidade, Gênero e Saúde do IMS/UERJ, São Paulo, 27 e 28 de abril de 1998. Essa perspectiva é tributária da noção foucaultiana do poder como produção de significados, conhecimento e práticas; o poder como dispositivo está presente nas trocas entre os seres humanos, é dinâmico, não centralizado, por tanto difuso.

Aborto voluntário

relacional, e não como um evento isolado no ciclo de vida de mulheres e homens. Já algumas/ns autoras/es¹³ vêm assinalando a necessidade de mudanças na elaboração das teses do movimento feminista e das pesquisas acadêmicas que incorporem, não o termo, mas sim o conceito de gênero.

O desenho desta pesquisa foi modelado pelo reconhecimento de outro ator social dentro de uma dinâmica que envolve um sujeito feminino e outro masculino, este tradicionalmente excluído do campo, o que pode estar prejudicando a compreensão de sua atuação no mesmo e, por sua vez, reproduzindo e delimitando dinâmicas específicas de poder nas quais se fixam categorias de dominador/dominado. Parece-me que é importante abrir o debate e observar mais analiticamente se a inclusão dos homens leva necessariamente à despolitização desse campo. Com este trabalho não se está promovendo o abandono das mulheres diante do aborto para contemplação dos homens, como teme Costa.¹⁴ O discurso das mulheres está aqui presente, porém, colocando-o em diálogo com as narrativas masculinas¹⁵ desta experiência. Lembremos que o objetivo desta pesquisa foi desvendar as dinâmicas de gênero que operam nas negociações reprodutivas, especificamente no caso do aborto.

Por último, gostaria de explicitar que as afirmações que aqui se fazem estão circunscritas ao grupo pesquisado, sem pretendermos fazer generalizações e sem desconhecer que esta

¹³ Ver, por exemplo, ÁVILA, Maria e GOUVEIA, Taciana. Notas sobre direitos reprodutivos e direitos sexuais. In: PARKER, R. e BARBOSA, R. M. (orgs.) *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ABIA/IMS-UERJ, 1996; ARILHA, M. Homens: entre a “zoeira” e a “responsabilidade”. Op. cit; HEILBORN, Maria Luiza e CARRARA, Sérgio. Em cena, os homens... *Estudos Feministas*, vol. 6, nº 2, 1998; FIGUEROA, J. G. Derechos reproductivos... Op. cit; SIQUEIRA, Maria J. Saúde e direitos reprodutivos: o que os homens tem a ver com isso? *Estudos Feministas*, vol. 6, nº 2, 1998.

¹⁴ COSTA, Cláudia. O tráfico do gênero. Op. cit., p.136.

¹⁵ A propósito, a dimensão masculina da qual se fala nesta pesquisa está referida ao parceiro envolvido na gravidez. Existem outros masculinos, mas aqui se delimita ao parceiro.

não é a realidade de outros grupos sociais nos que a dinâmica de gênero é diferente.

De quem estamos falando

Trata-se de oito mulheres e sete homens que conjuntamente narraram 27 situações de aborto, sem complicações médicas, vivenciadas nos últimos dez anos de suas histórias reprodutivas. Todas/os têm educação universitária, a maioria delas/deles estudantes de pós-graduação das áreas das Ciências Sociais e Humanas, com uma formação católica e idade média de 29.8 anos entre as mulheres e de 33.7 anos entre os homens. A maioria das interrupções aconteceu em relações estáveis de namoro ou convivência. Entre os homens se observou o maior número de experiências de interrupção, tendo participado em uma média de 2.4 abortos. Entre o grupo das mulheres, a média de interrupções foi de 1.3. Ou seja, por cada aborto entre as mulheres, houve dois abortos entre os homens, ao menos neste grupo. Este dado chama a atenção em função da nossa experiência concreta ao realizar a pesquisa de campo, na qual nos debruçamos com a dificuldade de identificar tal experiência entre os homens, isto é, de achar casos de homens que tivessem passado por uma situação de aborto.¹⁶ Se o evento de aborto é mais freqüente entre os homens desse grupo, de onde surge ou por quais vias se constrói o silenciamento desta experiência entre eles? Uma das interpretações iniciais que surge frente a este descompasso se refere à “feminilização” do campo reprodutivo.

Minella¹⁷, ao fazer uma análise comparativa das redes de atendimento à saúde em dois municípios do sul do país (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), observa o oferecimento de uma rede construída para as mulheres, com a conseqüente exclusão

¹⁶ O contato com as pessoas se fez mediante indicação através do sistema de redes.

¹⁷ MINELLA, Luzinete. Gênero e saúde reprodutiva. *Cadernos de Pesquisa*, n° 20, PPGSP/UFSC, outubro de 1999.

Aborto voluntário

dos homens. Para esta autora, esta exclusão deve interpretar-se na sua dimensão cultural, vendo assim nas práticas médicas práticas sociais perpassadas por pautas culturais que atribuem à mulher o papel principal na esfera da reprodução. Mesmo que no cotidiano dos casais a presença dos homens nos processos reprodutivos seja uma questão fundamental, eles ainda não são massivamente incorporados pelas redes de assistência à saúde, como aconteceu com as mulheres, mantendo e reforçando a visão da reprodução como atributo “quase exclusivamente feminino”.

Uma outra questão que surge, ao analisar a inadvertência desta experiência entre os homens, é relativa ao lugar que o aborto tem tido nas reivindicações do movimento de mulheres. Escapa aos objetivos deste artigo uma análise específica acerca de como foram e como são formuladas estas reivindicações. Ainda assim, é importante mencionar que o aborto se constituiu, desde o início destes movimentos, numa bandeira política através da qual a apropriação do próprio corpo, cristalizada na autonomia de escolha reprodutiva, estabeleceu-se como condição de direito e cidadania das mulheres.¹⁸

Quando se comparam as características do grupo dos homens e das mulheres observamos que, a despeito de que a maioria das vinte e sete situações de aborto relatadas tenha ocorrido em relações estáveis, entre os homens este evento foi mais frequente em relações ocasionais. Todas/os as/os entrevistadas/os tinham uma história prévia de uso de métodos contraceptivos. Em muitos casos a gravidez aconteceu no momento de suspensão da pílula ou usando métodos

¹⁸ Se bem que Haraway coloca em evidência como os direitos reprodutivos dizem respeito a questões diferentes para as mulheres brancas e negras no Estados Unidos. Segundo a autora, enquanto que para as brancas os direitos reprodutivos foram focalizados para o terreno da concepção, gravidez e parto; para as mulheres negras a ausência de liberdade reprodutiva se extrapolava à posição de sujeito de seus filhos/as e de seus/suas companheiros/as sexuais. HARAWAY, Dona. *Ciência, cyborg e mujeres. La reivención de la naturaleza*. Madrid, Ediciones Cátedra, 1995.

considerados pouco seguros como tabelinha ou coito interrompido. Neste grupo há um bom nível de conhecimento e de acesso à contracepção, o que não garante um comportamento conseqüente em todos os encontros eróticos quanto à prevenção da gravidez, sendo o uso de tais métodos atrelado a circunstâncias que, às vezes, fogem a um controle racional e consciente.

Pesquisar o aborto entre a população universitária teve, entre outros, o intuito de desmitificar a associação reforçada continuamente entre aborto e falta de acesso e/ou desconhecimento dos métodos contraceptivos. Dados interessantes foram encontrados por Zamudio¹⁹ que indicam que as mulheres com maior nível de escolaridade têm mais risco de aborto, uma vez que a decisão delas de não ter filhos num momento determinado, assim como do número de filhos desejados é muito clara, o que se faz manifesto numa menor tolerância à gravidez indesejada. Vejamos como aparece esta questão entre as/os entrevistadas/os na nossa pesquisa:

A gente sempre, em todas as relações usava camisinha sempre, e aí eu sei precisamente o dia que eu engravidei, porque foi um dia que a gente saiu e os dois ficamos super bêbados, sabe? Transamos e dormimos. De manhã, quando a gente acordou, um olhou para o outro, a gente acordou assustado: Nossa! A gente não usou camisinha e, né, puxa vida! A grande preocupação era com a coisa da gravidez. Fomos olhar a data e foi mais ou menos no período fértil. Assim que, desde o dia que a gente transou, que poderia... a gente começou a ficar preocupado (...) Isso mexeu muito comigo, não pelo fato do aborto em si, mas até hoje eu me cobro como é que eu fui me deixar engravidar. Sabe? Isso é uma coisa que eu meio que não me perdôo por isso. Eu sempre distribuía camisinha entre

¹⁹ ZAMUDIO, L. *Apud* UNIVERSIDAD EXTERNADO DE COLOMBIA. *Encuentro de investigadores sobre aborto inducido en América Latina y el Caribe* – Problemática religiosa de la mujer que aborta. Colombia, Arte Publicaciones, 1994.

Aborto voluntário

minhas amigas, tomava pílula, falava porque não deve usar tabelinha, enfim, sempre fiz esse trabalho com todo mundo. E aí, eu... até hoje, como é que eu fazendo todo isso, tendo as informações... Minha mãe é bióloga, desde muito nova ensinou isso à gente. (Lúcia, 27, solteira, um aborto)

Eu usava diafragma e camisinha, e achava que podia controlar, às vezes na tabela, ou seja... hoje não tem problema... é furado, magina! A tabela não tem nada a ver... aprendi que essa coisa de fertilidade pode acontecer a qualquer hora, a qualquer momento, teu corpo não é um relógio... isso acontece. (Júlia, 33, casada, dois abortos, um filho)

Ela tomava pílula. Teve um período em que ela não estava tomando, a gente usava camisinha e, isso foi num momento... eu sei até o dia em que aconteceu isso. Foi um dia em que a gente estava já um tempo distante, problemas no relacionamento, estava brigando, meio separados e isso foi um dia em que a gente se encontrou... que foi o único dia que se saiu dessa norma. (João, 35, casado, 2 abortos, um filho)

Ao se referirem à prática contraceptiva, observou-se alguma diferença entre homens e mulheres. A maioria delas sabia com precisão que método estava utilizando no momento da gravidez, ou tinha consciência da exposição ao risco ao não estar usando nenhum. No caso dos homens, a informação proporcionada foi imprecisa, até porque a maioria deles não lembrava que método era usado, se tinha havido uma suspensão ou falha, ou desconheciam o método usado pela parceira. Aqui vemos claramente que a responsabilidade sobre a contracepção continua sendo jogada sobre a mulher, ao que se soma o fato de que a participação do homem na contracepção está mediada pelo tipo de relação ou de vínculo afetivo com a parceira. Dados similares foram encontrados por Guevara²⁰, entre a população mexicana.

²⁰ GUEVARA, Elsa. Amor y pareja en la responsabilidad de los hombres ante el aborto. In: *Avances en la investigación social en salud reproductiva y sexualidad*.

Acaba acontecendo que por mais que você queira ser responsável também, a prática contraceptiva acaba sendo – a não ser o coito interrompido que é um acordo tácito na hora, que na hora rola ou não rola –, acaba sendo mais uma responsabilidade da mulher mesmo. Mas, na minha cabeça pelo menos, eu uso camisinha mais para me proteger do que para evitar uma gravidez. Vamos dizer assim: eu uso, mas o impulso inicial não vem de evitar uma gravidez. Inclusive, porque sendo sincero assim, em termos práticos, a vontade do homem, estou falando de mim, a minha vontade de auxiliar uma parceira a evitar uma gravidez é diretamente proporcional ao grau de proximidade que eu tenho com ela. Se é uma coisa mais esporádica ou acidental, na realidade, você está usando a camisinha para se proteger, não é para evitar que a pessoa fique grávida. Com uma pessoa que você gosta, você não quer que aconteça com ela uma coisa que ela não quer, uma coisa que vai ser desagradável, você quer fazer a pessoa feliz, você quer agradar a pessoa, estar do lado dela. (Milton, 27, solteiro, um aborto)

Estas/es informantes, mesmo com um nível de conhecimento apropriado, e uma atitude positiva frente ao uso de métodos contraceptivos, não fogem às contradições, ao azar e à magia que ronda alguns de seus encontros eróticos. Sem desqualificar a importância da educação na prevenção da ocorrência da gravidez não desejada, ela não elimina tal risco inerente ao exercício de uma atividade heterossexual se levamos em consideração que os métodos contraceptivos não são totalmente seguros; ou porque, como colocam em evidência os diversos depoimentos, seu uso está articulado a uma série de dimensões circunstanciais e subjetivas do erotismo.

A maioria das interrupções foi realizada em clínicas que usaram o método de aspiração. Porém, cinco das vinte e sete interrupções foram realizadas com cytotec (nome comercial de

Trabajos del tercer taller de investigaciones sociales en salud reproductiva y sexualidad, Buenos Aires, AEP/CEDES/CENEP, agosto de 1998.

Aborto voluntário

medicamento para úlcera gástrica, com reconhecidos efeitos abortivos). Chama a atenção que as razões dadas pelas/os informantes para o uso deste medicamento não foram associadas ao baixo custo econômico²¹, e sim ao fato de ser considerado mais seguro, natural e menos invasivo que outros métodos cirúrgicos.

Como foi dito antes, o número de mulheres referenciadas para fazer entrevista foi maior do que o número de homens. Tal fato nos fez considerar inicialmente que o levantamento de uma rede de contatos e de meios para realizar a interrupção envolvia principalmente as mulheres. Contudo, a maioria dos homens entrevistados, assim como os parceiros das entrevistadas, tiveram uma participação muito ativa na procura de informação acerca de onde fazer a interrupção ou onde conseguir o cytotec. Arriscamos a pensar que o encobrimento desta experiência entre os homens obedeça a uma menor disposição para falar destes assuntos em função da definição cultural do campo reprodutivo como feminino. Uma das questões que se torna evidente ao escrever sobre a participação masculina no aborto é a limitação lingüística para se referir à interrupção de uma gravidez da qual ele é co-participante. Também poderia se pensar que tal encobrimento surge da interpretação de um envolvimento diferencial na experiência.

As relações amorosas e a projeção familiar

Tal como em outras pesquisas sobre aborto, os projetos de vida, especialmente das mulheres, surgem como aspecto determinante na decisão de interrupção. Quando as razões são deste tipo, o processo não se torna tão problemático, conflituoso e inclusive ambivalente como quando as razões são de ordem afetiva, implicando a conjugação das projeções que cada um dos

²¹ Ainda que no mercado negro seja difícil consegui-lo, mesmo a preços que ultrapassam seu valor real.

parceiros faz na relação. Algumas pesquisas²² assinalam que o tipo de relação e o “grau de amor” têm implicações nas diferentes formas de atuação dos homens em relação a suas práticas sexuais e reprodutivas. Não obstante, as mulheres também fazem distinção nos seus comportamentos reprodutivos em função do tipo de relação:

Era uma outra relação, já não era o mesmo companheiro, era um outro... que aliás, nem ficou sabendo. Eu achei que era melhor não contar porque não era um relacionamento como nesse outro caso, que era uma coisa mais permanente... Esse não. Era esporádico, eram super esporádicos nossos encontros. (Rosa, 45, casada, dois abortos, dois filhos)

Ai... eu nem cheguei a pensar em ter, cogitar, nada disso. Também não ia contar para o parceiro porque não tinha nada a ver, acho que não tinha que saber... A gente tinha um caso, mas era uma coisa assim bem... era física, assim, sabe? Não tinha nenhum envolvimento e... também por isso achei que não tinha que falar para ele, era uma coisa minha... aconteceu, não queria nem que a história rendesse (...) Então, quase eu não vejo, ele não sabe disso, não tem nem idéia, e eu prefiro que seja assim. (Renata, 22, solteira, um aborto)

Se, de repente, eu ficasse grávida de um cara que eu transei e eu mal conheço, e se eu resolver abortar, eu não pensaria nem me importaria com a opinião dele, entendeu? (Patrícia, 33, casada, dois abortos)

A relação entre o tipo de vínculo afetivo e o modo de atuação na esfera reprodutiva não é uma questão que opera exclusivamente entre os homens. Nas nossas informantes, isto também é claramente colocado em termos da participação que

²² DI GIOVANNI, Rosângela. Um estudo das representações femininas do aborto. Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia Social, IFCH/Unicamp, Campinas, 1983; ARILHA, M. Homens: entre a “zoeira” e a “responsabilidade”. Op. cit; GUEVARA, Elsa. Amor y pareja... Op. cit.

Aborto voluntário

elas permitem a seus parceiros. Se é importante analisar que o comportamento de responsabilidade sobre os atos reprodutivos dos homens está relacionado com o nível de envolvimento deles na relação, também é importante considerar que o tipo e grau de participação que as mulheres lhes permitem na situação está determinado, da mesma maneira, pelo tipo de relacionamento e/ou pela valoração da contribuição que eles possam fazer.

Subjacente a essas questões encontra-se a pretensão ou não de formar uma família na relação em que acontece a gravidez inesperada que, ao colocar em iminência a maternidade/paternidade²³, leva a uma avaliação do desejo ou disposição para criar vínculos de aliança nessa parceria. O modelo de família projetado por este grupo mantém a estrutura nuclear. Ter filho evoca a presença de um pai e de uma mãe, assim como um vínculo afetivo entre os cônjuges, e entre estes e sua descendência. Mas, há um contraste: se as mulheres mencionam a exclusão do parceiro do processo do aborto em função da ausência de relação, os homens o fazem a respeito das dificuldades de ter filho em tal circunstância:

...ter um filho com aquela mulher seria uma loucura. Não tinha nada a ver ter um filho com ela. Era gostosona, corpão bonito, dava para transar com ela, mas não tinha nada a ver ter um filho com ela (...) Eu acho que um filho prende muito a relação. Se você vai ficar dez anos com uma mulher, você fica vinte, prende pa'caramba (...) Depois para você separar é o maior rolo porque tem uma criança no meio. (Paulo, 36, solteiro, cinco abortos)

A situação piora quando você tem que assumir um relacionamento que você não gosta, não tem nada a ver, e tem um filho. (Luís, 37, solteiro, dois abortos)

A pior situação para mim seria ter um filho com uma pessoa que não está junto comigo (Milton)

²³ Neste grupo, a exceção de uma das entrevistada, o resto das/os informantes têm ou manifestou desejo de ter filhos, razão pela qual nestas considerações não se incluem os casos de homens e mulheres que optam por não ter filhos.

Nesta perspectiva, paternidade e maternidade – ou sua negação a partir do aborto – passam a ser nomeações de aspectos da vida de um homem e de uma mulher, motivadas a partir do desejo de ampliação da relação amorosa ou erótica. Enquanto a relação de casal não produz filhos, é mais suscetível de ser dissolvida, colocando em evidência a importância dos filhos para a definição do projeto familiar. Neste ponto aparece uma das maiores diferenças entre as narrativas das mulheres e dos homens. Vejamos alguns depoimentos:

Você fala: era para ter cinco [filhos] e você não tem nenhum. Que merda! Podia casar cinco vezes, não casei e agora estou sozinho. Que merda ficar sozinho! (...) Agora eu estou com vontade de ter filho, acho legal. Até dá mais moral, dá status social ter filhos. (Paulo)

Mas, o que eu gostaria era de construir uma relação, ter uma casa, uma mulher, uma família. É uma coisa que eu acho seria o ideal para mim, mas você acaba nunca fazendo as coisas do jeito que você imagina. (André, 35, solteiro, um aborto, um filho)

No meu caso me interessa mais (...) essas formas antigas, mais tradicionais em que as pessoas casam, se sentem compromissadas de fato, por tempo indefinido, num projeto de uma vida toda. É uma coisa que me agrada essa idéia. Talvez seja romântico hoje, mas eu ia ser muito feliz se rolasse isso comigo (...) Eu estou perdendo as esperanças, mas acho que ia ser muito legal [ri] (...) Me irrita muito, embora seja até contraditório com as minhas práticas, me irrita muito a idéia de que para sempre, durante a minha vida toda, o que vai acontecer são essas coisas de... conheceu, gostou, morou junto dois, três, cinco anos e depois: não estou mais a fim, então beleza, tá bom, então vou cair fora, tá bom, falou, tchau. Eu não queria que fosse assim, e acho que a liberalização do aborto auxilia para que esse tipo de relação se estabeleça como norma. (Milton)

Aborto voluntário

Entre as entrevistas das mulheres não apareceram referências equivalentes à projeção dos homens do desejo de família. Se por parte dos informantes homens houve referências ao aborto como perda de um projeto familiar, por parte das mulheres este foi vinculado de uma forma assertiva aos projetos profissionais, às rupturas com uma formação sexual conservadora e com a maternidade como “destino”. As metas de conclusão da carreira e de estabilidade econômica foram fatores importantes na decisão pelo aborto. Todavia, esses aspectos estão atrelados ao tipo de projeção da relação, à reação familiar e ao fato de não estar preparada para ter filho. Essas prioridades não são estáticas, inclusive mudam em curtos períodos de tempo conforme a articulação entre projetos de vida profissional e a relação amorosa. Nesse sentido, Di Giovanni²⁴, afirma que as mulheres solteiras de classe média enfatizam a carreira profissional como um objetivo a ser atingido antes da maternidade, uma vez que é colocada como condição essencial para sua realização, ao que se soma o requerimento de uma relação afetiva estável, aspecto de fundamental importância para todas as suas entrevistadas quando se trata de ter filhos.

Ao considerar as razões para interromper a gravidez, aduzidas pelas informantes, encontra-se que o aborto foi considerado em todos os casos como a primeira opção, sem manifestar maior disposição para continuar a gravidez. O posicionamento e, conseqüentemente, as razões delas foram determinantes na decisão. Mas, há uma exceção: só uma das entrevistadas decidiu optar pelo aborto privilegiando o desejo do companheiro, porém negociando o adiamento do projeto de ter filho. Quando tais respostas são comparadas com o processo de decisão narrado pelos homens, encontramos que houve maior dúvida por parte deles para interromper a gravidez. Essa disposição para continuar por parte deles – ainda que em alguns casos as condições da relação ou econômicas fossem adversas –

²⁴ DI GIOVANNI, Rosângela. Um estudo das representações... Op. cit.

foi colocada de duas formas: explicitando seu desejo de ter o filho, ou acatando e apoiando qualquer decisão de suas parceiras, o que incluía obviamente a possibilidade de ter o filho.

Foi um misto de felicidade e um choque muito grande na hora, porque eu tinha muito certo em mim que eu assumiria a criança, mas não assumiria [uma relação com] ela, a mãe. Eu disse isso a ela:

olha, eu assumo a criança, arco com todas as tarefas que um pai deve arcar, tudo o que for preciso, divido tudo, todo o trabalho, despesas, mas eu acho que não tem nada a ver a gente ficar junto agora. Para ela foi muito difícil isso, ela era mais nova do que eu, ela tinha vinte cinco, ela disse que sozinha não queria ter o filho, então ia tirar [...] Então, eu fiquei sem argumentação para dizer não tira. Eu gostaria que ela não tivesse tirado, mas eu gostaria que antes de tudo ela ficasse bem com a opção que ela fizesse. (João, 35, casado, dois abortos, um filho)

Daí eu falei, bom, novamente joguei para ela a opção de ter filho ou não. Para mim, eu tava a fim de ter, pessoalmente sim, mas como para ela, ela colocou como se fosse uma calamidade: vai acabar com a minha vida, está destruindo minha carreira. Então eu falei: tudo bem, a opção que você fizer você conta comigo, eu te apoio e tal. (André)

A minha posição foi absolutamente sincera na época: se para ela fosse importante ter o filho e se ela quisesse ter o filho eu apoiaria do mesmo jeito. Quer dizer, não é uma questão de tanto faz, mas era uma questão de que eu estaria feliz com qualquer uma das duas formas (...) Eu queria estar com ela sempre, o tempo todo, e não tinha no meu horizonte futuros possíveis separado dela. Tava muito feliz e queria ela de qualquer jeito comigo. (Milton)

Tal postura tida tradicionalmente como de apoio e solidariedade incondicional, também pode ser interpretada como uma falta de comprometimento com a decisão, na medida em que não há uma explicitação do desejo do parceiro, com a

Aborto voluntário

conseqüente projeção da responsabilidade por qualquer decisão tomada sobre a mulher. No entanto, os entrevistados trouxeram outra reflexão sobre este aspecto, no sentido de que em muitos casos o que está em jogo não é o desejo de ter ou não o filho naquele momento, senão de manter a relação. Essa questão surgiu de maneira mais evidente quando os homens foram indagados acerca da avaliação que atualmente eles fazem da decisão. Nessa visão retrospectiva se encontram algumas diferenças entre as narrativas de homens e de mulheres. Em geral, a avaliação das informantes se fez positivamente em função da decisão não ter atrapalhado a realização dos projetos profissionais e pessoais e do significado deste evento na afirmação de sua autonomia, quer dizer dos ganhos. Entretanto, os informantes fizeram uma avaliação associada à perda da relação ou do projeto familiar, isto especialmente por parte de dois dos informantes que, atualmente numa faixa próxima aos quarenta anos, não têm filhos.

Naquele momento, eu lembro bem, que depois do aborto, logo depois, no mesmo dia, o que eu senti foi uma libertação. (...) Essa gravidez, mesmo que tenha sido interrompida, ela serviu no plano simbólico para eu assumir mais a minha feminilidade. Dizer: puxa, sou mulher mesmo! Aquela coisa me libertou, me libertou bem mais do que se eu tivesse entrado num processo terapêutico e tal... e representou o rompimento com a minha família. Foi a minha carta de alforria ou liberdade, acho que depois desse, como esse era o primeiro e o mais forte, acho que depois desse... hoje eu me sustento, sou totalmente independente, assumi estar morando sozinha com uma família machista... Isso tudo foi difícil, mas por isso que o aborto ajudou, ele veio a calhar. (Laura, 30, solteira, um aborto)

Quando a mulher resolve ter filho, ela normalmente conversa com o parceiro e está assumindo uma relação com ele também. A partir do momento em que a mulher resolve abortar, se ela não está casada, sem um motivo...

ela está também tomando a decisão de separar do parceiro (...) Mas, na hora, a sensação que me passou é que a gente estava se separando e que o ritual de separação era ter que fazer esse aborto. Se ela não quer ter esse filho é porque ela não gosta de mim (...) Me pareceu que se eu ficar insistindo pelas razões do aborto, eu ia querer saber porque ela queria se separar (...) Tive melancolia ligada à própria relação, ao sentimento que eu tinha. (Luís)

Eu acho que quando as duas pessoas estão a fim um do outro, estão numa relação sadia, legal, eu acho muito complicado pensar a questão do aborto. Quando nenhum dos dois quer, acho que o que você está recusando no fundo é a relação. Eu talvez tenha sentido isso também quando ela entrou no desespero pela gravidez e colocou essa possibilidade, eu também meio que senti que estava sendo recusado. (André)

Quando a visão retrospectiva do evento do aborto se projeta sobre as conseqüências da relação, também se observam diferenças entre homens e mulheres. Algumas delas afirmaram que a situação propiciou a consolidação de suas relações ou a proximidade com seus parceiros. Nos casos em que houve ruptura da relação, elas interpretaram tal fato em função de outras circunstâncias que já existiam previamente à gravidez e que a situação do aborto teria colocado com mais clareza. Porém, nos casos dos homens, alguns deles expressaram sua convicção do aborto ter ocasionado a ruptura.

Olhando para ela, me passa que é possível que tenha acontecido assim tipo... mesmo ela não querendo o filho, que eu acredito que ela não queria mesmo, que o fato de não ter tido, significou uma dificuldade dela de fazer projetos a longo prazo, ou seja, como se ela pensasse: já fiquei grávida, a gente já teve oportunidade de ter um filho, de aprofundar cada vez mais na relação, e não tive. Não tive porque – estou falando como ela – porque eu não quis, mas o fato é que não dá para eu ter expectativas de construir coisas a longo prazo. O jeito banal de falar isso

Aborto voluntário

seria o seguinte: a gente nunca programou casamento, nada disso, ela não demonstrava ter nenhuma vontade de casar na igreja, no papel, mas eu acho que no fundo ela tinha expectativas de que isso acontecera em alguma hora e, eu não era o tipo de cara que... quer dizer, eu passei a significar para ela a não possibilidade de acontecer isso. Como se estivesse falando assim: a gente aprofundou até aqui, daqui para frente vai ser assim, não vai mais. Aí a gente acabou o namoro uns nove meses depois [ri] espera aí eu faço a conta... não sete meses, fui eu que estou querendo... pura ficção. (Milton)

A pessoa questiona a relação dela: Porra! Que tipo de relação é essa. É um questionamento de relações. Nos meus casos teve isso. Logo, no caso de X: Porra! Você não segurou a onda de ter um filho comigo. (Paulo)

Essa interrupção deu força para essas coisas [avaliar a relação] porque num relacionamento de seis anos, ou você senta com a pessoa e fala: não vamos ter filhos, vamos morar juntos, vamos viajar, vou fazer mestrado ou doutorado, mas tá claro. (...) Então, passa um ano e meio e a pessoa continua no mesmo pé, é claro que você vai olhar atrás e ver que se acontecer agora, a gente vai ter que gastar dois ou três mil reais de novo com a mesma coisa e a gente não discutiu nada, não têm planos. Eu fiz as minhas coisas, eu tracei meus objetivos e fui até o fim e fiz, só que não eram os objetivos dele. (Ana, 23, União consensual, um aborto)

Se a qualidade da relação e a intensidade do afeto são importantes para ter um filho, eles são insuficientes para impedir a interrupção de uma gestação, uma vez que há outros fatores implicados na decisão. Este parece ser um aspecto de difícil compreensão para alguns dos nossos entrevistados, que interpretaram que a aceitação ou rejeição da gravidez se torna critério de avaliação do desejo, amor e compromisso de um pelo outro. Sugiro que as questões levantadas com relação ao sentimento de frustração do desejo de ter filho e de serem parceiros em “relações abortadas” pelas mulheres estejam ligadas

às limitações que lhes coloca o corpo reprodutivo, quer dizer, à restrição da autonomia reprodutiva.

As performances de gênero no aborto

Na totalidade do grupo pesquisado, a procura por condições adequadas e seguras do procedimento de interrupção foi um assunto determinante para a decisão de fazer o aborto. Isto é, o aborto só seria feito se existissem condições que garantissem a integridade da saúde da mulher. Ao explorar como foi a participação dos nossos informantes e dos parceiros das informantes mulheres (quando partilhada a situação com eles), observou-se que eles tiveram um papel ativo durante todo o processo – desde a procura de informação e recursos para efetivar a decisão, até o apoio emocional após a intervenção.

Guevara²⁵, ao indagar o tipo de responsabilidade assumida no grupo pesquisado por ela, assinala que 90% dos homens pagaram parcial ou totalmente o custo da intervenção médica. No nosso grupo, encontramos que só em duas das vinte e sete situações relatadas o pagamento da intervenção foi efetuado totalmente pelo parceiro, por solicitação deles, como uma forma de contribuir ou compensar o processo sofrido pela mulher, ou como parte do sacrifício que correspondia a eles.

A gente foi [à clínica] e eu tomei aquela atitude boba que... não sabe o que fazer. A única coisa que podia fazer era assumir tudo, numa condição em que... eu sou de classe média baixa e ela tinha grana. Mas, não é pelo fato de pagar... senão que o sacrifício para mim ia ser... do ponto de vista econômico muito difícil porque eu não tinha (...) Também não foi tomar essa atitude na boa, dizer tanto faz, normal. Para mim, o aborto, tanto a segunda vez que eu tomei a decisão de fazer, foi... em certa forma uma penitência para isso, me privar de... na época foi uma penitência econômica. Foi boba porque não acho que

²⁵ GUEVARA, Elsa. Amor y pareja... Op. cit.

Aborto voluntário

porque eu sou homem, deva pagar (...) Também não acho que isso funcione. (Luís)

Nisso ele assumiu o pagamento, era parte da poupança dele, ele resolveu pagar tudo, mas porque eu não tinha dinheiro (...) Foi ele que arrumou tudo. (Regina, 26, solteira, um aborto)

Ele ficou muito junto, muito próximo, participou de tudo. Ia comigo, ficava comigo, a gente conversava, ele cuidava muito de mim, tinha uma preocupação... ele achava que era um problema dele, ele ficou muito ansioso porque não sabia o que ia acontecer... era o risco, estar me expondo ao risco. Ele ficou com um puta peso na consciência. Foi a proteção... ele teve uma postura de proteção: Eu não posso fazer nada porque é com você, mas eu vou... A parte da grana, ele assumiu totalmente o custo do procedimento. (Júlia, 33, casada, dois abortos, um filho)

O processo de decisão envolve uma série de ponderações enfocadas no momento de realização do aborto. Este compromete a corporalidade das mulheres e deixa intacta a corporalidade dos homens. Tal aspecto é interessante para pensar a participação de cada um dos sexos: trata-se de um processo em que, mesmo envolvendo homens e mulheres, a materialidade da experiência determinaria aparentemente as *performances* de cada um deles.

É inegável que o aborto é um evento realizado num corpo específico, mas o nosso próprio discurso, inclusive o político, não pode reduzir-se “al hecho de la carne”, porque facilmente chegaríamos à naturalização da relação entre mulher e reprodução. Tal visão pareceria esvaziar os significados sociais e culturais da gravidez, o que se tornaria paradoxal. Se por um lado, as reivindicações pelo direito das mulheres ao aborto colocam, entre outras questões, a subjetividade envolvida numa experiência de gravidez que transcende a materialidade do evento; por outro, fechamos o espaço para contemplar outras formas de “incorporação” de tal evento que, mesmo sem marcação corporal, mobiliza também experiências subjetivas. A “participação” da mulher no aborto é definida pela materialidade da gravidez, não é

optativa e não tem como fugir dela uma vez tomada a decisão. Contudo, os homens também têm sua parcela, executam sua *performance*, e parece que é disso que eles estão falando. Em outros termos, sua participação nunca terá equivalência com o envolvimento físico das mulheres, mas também tal experiência não deixa incólumes aos homens comprometidos com a situação. Eles colocam, como relata Luís, sua parcela de sacrifício. Fazem a sua *performance* de gênero, entendida não como um ato deliberado e consciente, mas como uma prática reiterativa e contextualizada²⁶, no interior da qual deve interpretar-se a função simbólica do dinheiro e dos “sacrifícios”.

Na maioria dos casos analisados, o casal dividiu os gastos do processo, porém, neste grupo, a participação dos parceiros não ficou restrita à contribuição econômica:

Ele foi atrás de quem fizesse (...) Ele se encarregou. Um amigo dele indicou uma médica e a gente foi procurá-la.
(Ana)

E foi uma rede de um monte de gente procurando o tal do remédio [cytotec], até que o namorado de uma amiga conseguiu numa farmácia, não sei onde, que ele conhecia o farmacêutico, a aí ele lembrou, foi lá e conseguiu o remédio. Ele [o companheiro] me deu apoio, esteve comigo o tempo inteiro, mas não podia fazer muita coisa mais do que isso, até por conta de ser estrangeiro. Ele até tentou parece que com os médicos do mesmo país dele, não sei em que cidade, tentou contato com aqueles caras para ver se conseguia o remédio. (Lúcia)

A primeira coisa que a gente tentou foi comprar cytotec, aí eu passei umas duas semanas atrás disso, indo a um monte de farmácias, conversando com caras, esperando ver se chegava, negociando e não consegui. (Milton)

²⁶ BUTLER, Judith. *Bodies that matter. On the discursive limits of “sex”*. New York, London, Routledge, 1993. A introdução deste livro foi traduzida em LOURO, Guacira Lopes. (org.) *O corpo educado. Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.

Aborto voluntário

Os dois abortos que tive foram feitos na minha cidade. Um médico muito conhecido, muito experiente (...) só que aquele doutor morreu, então eu não conhecia ninguém. Eu procurei um amigo aqui do instituto que tinha feito aborto há pouco tempo, tinha levado a namorada também. Ele me indicou esse médico... (José)

Também nessa *performance* eles se mostraram vigilantes e preocupados com a segurança do procedimento, com a confiabilidade das clínicas, assim como de tomar medidas que garantissem a saúde física e emocional de suas parceiras. Nos casos em que foi usado o cytotec, eles procuraram previamente informação acerca do mecanismo de ação e dos riscos inerentes a seu uso.

Ela resolveu usar o remédio [cytotec] que ela conhecia [já tinha usado] e foi uma galera a achar esse remédio. Não era fácil... acho que ainda não é. Eu acabei encontrando por intermédio de amigos... tomamos.. aí eu fiz questão de procurar um lugar para ficar. A gente ficou num motel [...] fiquei muito preocupado, vendi o carro, comprei outro mais simples, peguei a grana que tinha sobrado, guardei, deixei comigo porque eu fiquei com medo... a gente vivia um problema médico, mas não tinha médico nessa história, e isso me alertou, fiquei muito preocupado mesmo. Ela mesma colocou o cytotec (...) Eu fiquei muito constrangido... Eu fui procurar saber da ação do remédio, do princípio ativo, dos efeitos colaterais, do que podia acontecer. É um remédio usado para problema gástrico e corria o risco, sobretudo, de hemorragia e... bom, eu fiquei... Então a gente foi num lugar que era próximo de um hospital, do centro, que tivesse condições. Cuidei da alimentação... eu acabei sendo um técnico [ri]... (Luís)

A médica era amiga minha, não dela. Eu conversei e ela veio, ficou junto, acompanhou. A gente combinou um final de semana, eu estava sozinho na casa que eu dividia com uma amiga... [Na segunda experiência] Esse processo foi a mesma coisa, com cytotec, foi tranquilo (...) o cytotec deu

resultado rapidamente, até sem sofrimento. Ela não teve diarreia... porque isso solta a musculatura lisa, o intestino, o útero, tudo se desprende. (João)

Como já foi dito anteriormente, a procura do cytotec e/ou de informação sobre médicos ou clínicas parece ser uma tarefa delegada aos homens. Apesar de que esta parte do processo lhes daria visibilidade no assunto, o que não se faz evidente no campo, o aborto continua sendo pensado, tanto pelos grupos de mulheres como pelos mesmos protagonistas destas histórias, como assunto de mulheres. Que os homens falem destes temas não faz parte do cânon, ainda que tenham uma história para contar.

O corpo que engravida. Preeminências femininas e ausências masculinas

Para localizar a nossa discussão ao redor do corpo, gostaria de citar o seguinte depoimento:

...eu não estava a fim de que essa pessoa abortasse. Era uma pessoa de fora, morava fora do país e a gente se apaixonou [ela viajou para o país de origem, descobriu que estava grávida e abortou lá] **la ser piração minha pedir para ela ter esse filho**. A segunda vez que ela abortou, aí foi pior porque eu não estava a fim de que ela abortasse. Na segunda vez, abortou aqui no Brasil. Foi uma coisa muito ruim, porque ela falou que estava grávida e eu tinha que viajar (...) aí saí para fazer um negócio, e quando voltei, ela falou que tinha abortado, sem falar nada, entendeu? Ela sabia que [eu] ia armar uma confusão para não abortar e tal, então rapidamente foi lá e abortou, né? Quando voltei eu fiquei puto, isso acabou a nossa relação, inclusive. Fiquei puto porque **eu queria o filho**, primeiro eu queria o filho, e segundo por causa da sacanagem dela ter feito esse aborto quando eu estava viajando e quando eu chegar ainda falar: Porra! você sumiu e tal (...) Eu achava que tinha que ter, mas não tinha condição nenhuma, não tinha dinheiro, não tinha nada e **não tinha porque ela**

Aborto voluntário

querer ter o filho, né? Você quer ter o filho, então você vai ter, porque no final ela é que acaba decidindo, só se abrir um processo e botar a mulher em vigilância judicial para ela não abortar. **Mas ela que acaba decidindo, é um direito do corpo dela.** No final, eu não botaria ninguém em vigilância para... (Paulo)

Neste depoimento se sintetizam várias questões profundamente polêmicas, quando são abordadas no campo dos direitos reprodutivos, pensados numa perspectiva de gênero. O relato gira em função do desejo de paternidade, da afetividade envolvida na relação, do corpo e da definição de direitos reprodutivos, aspectos que se tornam conflitivos ao serem confrontados com um desejo não compartilhado por sua parceira, o que a faz decidir unilateralmente pelo aborto. Do lado dele, vê-se a impossibilidade de realizar seu desejo, impossibilidade física e ética para continuar um projeto que compromete o corpo dela.

Entre o grupo de entrevistadas/os houve unanimidade em relação à autonomia da mulher para decidir interromper suas gestações, direito que tem como argumento fundamental o fato da gestação acontecer no seu corpo, assim como o fato dos primeiros cuidados da criança lhe serem atribuídos. Só Paulo fez referência a um recurso jurídico para impedir que uma mulher aborte. No entanto, ele mesmo coloca em questão a possibilidade de efetivar uma ação nesse sentido, visto que a inviolabilidade do corpo é um princípio de dignidade humana e de liberdade. Tanto os homens quanto as mulheres manifestaram que idealmente a resolução das situações de gravidez não desejada deveria ser a resultante da discussão e participação das duas pessoas envolvidas. Isto quando há uma relação; porém, em caso de conflito, deve prevalecer o desejo ou a vontade da mulher.

As narrativas referentes ao processo de aborto, quando referidas às negociações da decisão, estão permeadas na sua totalidade pela questão do corpo. Não devemos perder de vista as características particulares deste grupo, que inserido no contexto universitário e numa faixa dos 23 aos 45 anos, pode ter sido

sensibilizado pelo discurso dos movimentos de mulheres acerca das reivindicações pelo direito à autonomia corporal. Entre este grupo, o fato da gestação estar no corpo das mulheres dá a elas a supremacia da decisão sobre a interrupção, colocando, por sua vez, limite para o desejo e para os direitos reprodutivos dos parceiros. Frente a este limite, estes homens, apesar de terem um lugar importante no processo, não podem mais do que opinar e, em última instância, acatar a decisão das mulheres:

Eu não resolvi, talvez se a gravidez estivesse em mim, o momento de hesitação meu teria que ser respeitado por ela, se a gravidez estivesse em mim, se eu fosse portador (...)
Tem um limite, sem dúvida. É o corpo do outro, além do qual eu não posso ir. O que eu posso dizer é apenas o meu desejo de não ter e... discutimos os prós e os contras. (José)

Olhe, eu acho que o homem deve ter participação na argumentação, mas a decisão é da mulher. O homem não pode tomar uma decisão dessas porque não é ele que vai arcar com o primeiro trabalho que é gerar o filho, ter o filho e, até pelo menos dois anos, estar administrando o filho. (João)

Eu acho que o homem tem que saber, estar ciente e tal, mas em último caso como é que a mulher vai transferir se ela não quer, tipo... por imposição do parceiro. Acho que não tem sentido isso. Ela é que vai carregar por nove meses, e daí em diante, então eu acho que o homem tem que acatar mesmo. (Renata)

Em síntese, a experiência de aborto é, por definição, assimétrica. Uma situação na qual a balança oscila para os dois lados sem conseguir um equilíbrio. Se pensarmos a situação a partir do envolvimento corporal, encontramos que as mulheres têm de se submeter à intervenção da interrupção, assumindo os custos físicos e psíquicos de um procedimento cirúrgico e/ou os riscos para sua saúde e sua vida, como consequência de uma prática médica não regulada em função da sua ilegalidade. Isto sem mencionar a experiência corporal e subjetiva da gravidez – o

Aborto voluntário

*pregnant embodiment*²⁷ –, assim como o risco jurídico e o juízo moral a que pode ser submetida em contextos que condenam o aborto. Aos homens, cabe uma parte mais confortável, na medida em que não os envolve corporalmente, ainda que sim emocionalmente. Se pensarmos a situação desde a perspectiva da autonomia e dos direitos reprodutivos, observamos que, em decorrência da centralidade dada a corporalidade do evento, particularmente no grupo de informantes desta pesquisa, os homens não seriam autônomos nas decisões reprodutivas.

Ele só daria apoio numa decisão que a mulher toma, porque... o corpo é seu, você vai gerar dentro de seu corpo. Talvez eu esteja tendo uma visão super-feminista também, entendeu? Mas, isso mexe muito com você, 99% com você e 1% com a outra pessoa, fisicamente falando, agora psicologicamente... (Regina)

...Não tem como você chegar e passar para o homem, no sentido de que meu namorado nunca soube e nunca vai saber o que foi ficar naquela mesa. Então existe uma coisa assim, do tipo eu que vou decidir porque o corpo é meu. (Laura)

Porque você não tem uma justificativa física, concreta, não sei, sei lá, você vai falar que é diferente? Não tem a menor dúvida que é diferente, todo mundo sabe que é diferente, isso é obvio, mas (...) o sofrimento existe, que não é o mesmo, que você não pode comparar uma coisa com outra e que tem um aspecto que eu não posso compreender, eu sei disso... como é que eu vou compreender, não tô lá, não tô lá naquele corpo. A única sensação do corpo que eu conheço é a minha (...) Acho que eu tive uma experiência muito concreta, só que meu corpo permaneceu na mesma integridade. (Sérgio, 28, União consensual, três abortos)

²⁷ YOUNG, Íris. Pregnant embodiment: subjectivity and alienation. *Journal of Medicine and Philosophy* 9, Janeiro de 1984, *apud* BORDO, Susan. Are mothers persons? Reproductive rights and the politics of subjectivity. In: BORDO, S. *Unbearable weight. Feminism, western culture and the body*. Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press, 1993.

Eu entendi a situação dela, e calei a minha ansiedade, a minha expectativa, a minha dor em função da dela, porque eu achei que tudo o que ela sentisse seria mais importante do que eu sentisse naquele momento. (João)

Eu gostava [da possibilidade de ter filho] e estava tirando uma coisa boa, legal. Então é lógico... talvez eu sofri mais com o aborto do que ela, mas quem toma a atitude é a mulher, então eu acho que existe uma diferença mesmo, não é igual. Seria uma coisa que existem pontos em comum, mas a paternidade não é a mesma coisa que a maternidade. Até mesmo pelas condições biológicas. Alguém tem que arcar com a parte física do processo e isso, fatalmente, tem um envolvimento sentimental, não dá para separar. Então, sentimento que a mulher tem com relação à criança é tão forte quanto a do pai, mas não é o mesmo sentimento. Eu acho que no aborto a coisa acontece da mesma maneira (...) Eu até hoje fico... não passou normal isso aí. (Luís)

Chama a atenção o contraste das vivências em função do corpo. A centralidade do evento na corporalidade aparece como definidora do processo, e absolutamente não equiparável a qualquer correlato psicológico ou de empatia masculina. Assim, nas narrativas dos homens, ao falarem da afetividade suscitada pela experiência, por mais intensa que tenha sido, ela não é tão “verdadeira” quanto a experiência corporal das mulheres. Pareceria que aquilo que se inscreve no corpo é mais concreto e mais verdadeiro.

O fato do desejo deles de ter filho estar mediado, ou subordinado ao desejo e disposição da mulher para tal fim, faz com que haja certo constrangimento entre os informantes:

É difícil... [falar do desejo de ter filho] Para mulher eu imagino que deve ser diferente, porque é justamente isso: vocês podem colocar um bebê dentro da barriga e gestá-lo. Agora, falar em abstrato para o homem acerca da pretensão de ter filhos, eu não tenho condições de ter filhos, depende de alguém e essa decisão estaria vinculada

Aborto voluntário

a alguém, por isso é que nessa situação eu falo que para mim o importante era ela. (Milton)

Hoje ela é mãe, talvez ela tenha apagado tudo (...) eu não sei dizer se faria aborto ou teria o filho numa situação dessas, porque também não é uma coisa que você escolhe sozinho. (Luís)

Agora, eu não poderia tomar essa decisão de querer ter esse filho sem ela querer. (João)

É importante considerar aqui a análise de Bordo²⁸ acerca da emergência de movimentos pelo direito dos pais nos Estados Unidos. A autora narra alguns casos levados à justiça pelos homens para impedir que suas parceiras realizassem abortos. Ela observou que o discurso destes homens está ancorado na retórica da igualdade, apropriando-se de um discurso feminista, especialmente dos grupos *pro-choice*. Nesse sentido, estes homens argumentam acerca de seu direito ao controle reprodutivo, à igualdade em função de terem uma sensibilidade feminina que os disporia a disputar, em pé de igualdade com as mulheres, os direitos sobre sua descendência. Bordo analisa como, em alguns casos, a Corte Suprema norte-americana considera que só os direitos de um dos parceiros podem prevalecer, privilegiando a mulher por ser ela quem carrega o filho, por estar mais direta e imediatamente afetada pela gravidez. Sugere, ainda, que as argumentações aduzidas pela reivindicação do direito dos pais são acompanhadas por uma tentativa para desacreditar a capacidade maternal das mulheres.

Frente a estas questões, que deveriam alertar as mulheres, propõe a afirmação de estratégias para “recuperar” o domínio feminino do campo reprodutivo. Algumas delas são afirmadas na visão do aborto e da gravidez como eventos profundamente experienciados, como uma incorporação distintiva, vivenciada exclusivamente pelas mulheres. A “autoridade da experiência” se

²⁸ BORDO, S. *Unbearable weight...* Op. cit.

constituiria em um lugar privilegiado para falar a respeito da reprodução.

Há questões muito instigantes na análise desta autora, que colocam em evidência que, se os argumentos mais tradicionais dos movimentos de mulheres pelos direitos reprodutivos – alguns dos quais foram incorporados no Programa de Ação do Cairo – forem levados até as suas últimas conseqüências, então implicaria numa “igualdade” dos direitos reprodutivos que talvez coloque às mulheres a necessidade de renunciar aos “privilégios” reprodutivos. Contudo, nas suas propostas haveria uma radicalização da condição mulher/reprodução, não como forma de essencialização da condição do ser feminino, mas como uma re-interpretação de conceitos como subjetividade, autoridade, *embodiment consciousness*, e integridade pessoal que, segundo a autora, não podem ser discutidos nos planos da abstração meramente teórica nem no contexto do politicamente correto. Mesmo assim, chama a atenção que o argumento de “autoridade da experiência” seja estratégico para banir os homens do cenário da discussão, como se desandássemos uma trilha já aberta e que de algum modo modificou o panorama de direitos sexuais e reprodutivos. Isso me parece que não se pode negligenciar ou omitir, assim como também imaginar que toda participação dos homens nos assuntos reprodutivos esteja embasada no descrédito das mulheres.

Por outro lado, tais questões continuam sendo pensadas no marco das relações heterossexuais, excluindo, por exemplo, a gravidez autônoma ou inclusive de casais homossexuais conseguida por métodos artificiais. As mudanças nas formas de reprodução, por via da tecnologia, (que trazem, entre outras conseqüências, a fragmentação do processo reprodutivo), também envolvem outras questões que devem ser consideradas na análise. Por exemplo, algumas autoras²⁹ chamam a atenção acerca do

²⁹ NOVAES, Simone e SALEM, Tânia. Recontextualizando o embrião. *Estudos Feministas*, ano 3, nº 1, 1995.

Aborto voluntário

descentramento da mulher na arena reprodutiva, pois a concepção passa a ser um fato realizado no laboratório restringindo, em alguns casos, o papel da mulher à doação de gametas. Dessa maneira, ela ficaria colocada no mesmo patamar que os homens.

Vale a pena fazer o exercício de pensar a questão no seu outro sentido. Isto é, o avesso do aborto: o caso da mulher decidir unilateralmente continuar uma gravidez em oposição a seu parceiro. A *Folha de S.Paulo*³⁰ noticiou a experiência de um grupo de homens, nos Estados Unidos, que reivindicavam seu direito ao aborto, não na sua forma física, mas como uma forma de recusar direitos e responsabilidades sobre uma criança que nasceria em oposição a seu desejo. Entre o nosso grupo de informantes, houve unanimidade acerca do direito das mulheres de decidir abortar, ainda que em oposição do parceiro. Todavia, também foram unânimes ao considerar que a mulher não teria direito de decidir, unilateralmente e contra a vontade do parceiro, dar continuidade a uma gravidez e depois exigir o cumprimento de responsabilidades pela criança. Isto em função das implicações diferenciais que cada uma das duas situações – abortar ou ter filho – têm na vida de cada uma das pessoas envolvidas, e na criação de vínculos de aliança no caso de continuar a gravidez. Ao comentar com um dos entrevistados que tanto continuar a gravidez como interrompê-la o envolvia, ele reagiu da seguinte forma:

Ou não. Porque hoje em dia também... vou até contar uma história, uma coisa que me irrita particularmente. Eu acho que, no meu modo de entender, tem tido uma distorção seríssima em relação a esse negócio da gravidez, que é o fato das mulheres acharem que porque o filho está dentro delas, elas decidem. Aconteceu, por exemplo, com um amigo meu, amigo próximo. Ele estava de rolo, não era nem namoro, com uma menina. Ela ficou grávida, e ele

³⁰ *Folha de S.Paulo*, 27 de outubro de 1996, caderno 3.

não queria ter o filho, e ela quis ter o filho de qualquer jeito: independentemente de você vou ter o filho. Só que não era totalmente independentemente porque a família dela fez a maior pressão, queria conhecer o rapaz, ver quais eram as intenções do rapaz, e o rapaz não tinha intenção nenhuma, quer dizer, não tinha intenções de ter o filho e ela queria de qualquer jeito, e ela decidiu ter o filho.

(...) Eu nunca... a pior situação para mim seria ter um filho com uma pessoa que não está junto comigo. Aquele caso de meu amigo para mim seria péssimo (...) É como se ela estivesse roubando uma coisa minha sem me dar o direito... eu estaria colocando, quantos são? 23 cromossomos meus numa criança que eu não queria (...) Não assumiria nenhum compromisso de jeito nenhum... (Milton)

Em síntese, vemos que para nossas/os entrevistadas/os as mulheres teriam autonomia para decidir abortar ou ter um filho – se elas se assumissem como únicas responsáveis. Aos homens caberia o direito de renunciar a uma gravidez que não desejam (uma forma de aborto social), porém estão impedidos de ter filhos contra a vontade da mulher, uma vez que não são autônomos neste sentido. O desejo deles está mediado pelo desejo e disposição da mulher para tal fim.

Tanto os homens quanto as mulheres estão inseridos em sistemas sociais. Em um evento delimitado tradicionalmente como “assunto de mulheres”, tanto em discussões, pesquisas, formulação de leis que o regulam, assim como nas próprias observações corriqueiras, é claro que os homens também fazem sua *performance* de gênero. O campo reprodutivo e, em especial, o aborto, tem sido conformado como essencialmente feminino. A tendência atual de incluir homens nas questões reprodutivas não pode ser ignorada, até porque a configuração do campo e a ênfase na análise da reprodução nas mulheres pode ter levado à limitação da compreensão da participação masculina.

Em suma, o corpo, ou melhor, a nossa representação sobre o corpo e suas diferenças sexuais, aparece como argumento

Aborto voluntário

fundamental no plano das negociações entre homens e mulheres em situações concretas de interrupção. O que todas estas pessoas julgaram é a importância de atuar em função de uma ética, onde a desobediência não é concebida como um ato de malignidade, senão de proteção dos próprios direitos. Convicção que é deduzida de uma argumentação racional que se insere num discurso ético mais geral e coerente.

Nesse sentido, também vale a pena considerar a distinção proposta por Figueroa³¹ acerca de uma ética feminista e uma ética de gênero. A primeira visa enfatizar a desigualdade e a exclusão das mulheres de múltiplas normatividades. A segunda, sem negar a desigualdade, também reconhece que os homens são produto das construções sociais, também podem ser objeto de discriminações e não necessariamente estar presentes na definição de normas. Podemos compreender essa segunda perspectiva se consideramos, como propõe Corrêa, a dissolução da polarização homem/mulher, a favor da constituição de um

...campo semântico de constituição das noções de gênero e em como essas noções são aprendidas, elas próprias, não apenas **em situação**, como parece que sempre soubemos, mas também em **relação** umas com as outras. (...) Pois ninguém aprende a ser feminina **ou** masculino: aprendemos o conjunto das noções (relacionais) de gênero e então as aplicamos conforme julgamos ser (ou aprendemos que é) adequado.³²

Se pensarmos a relação entre corpo e gênero – questão que dificilmente podemos iludir ao abordar a reprodução sexual – vemos que o gênero não é uma propriedade dos corpos. As relações de gênero são formas de organização de práticas

³¹ FIGUEROA, J. G. Derechos reproductivos... Op. cit.

³² Corrêa, Mariza. Uma pequena voz pessoal. *Cadernos Pagu* (11), Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu, Unicamp, 1998, p.52. (Ênfase no original.)

culturais, o que implica considerar os efeitos dessas práticas na própria experiência corporal³³.

Propusemo-nos tentar pensar uma participação mais igualitária ou equitativa de homens e mulheres na reprodução – se isto for possível –, considerando os primeiros como sujeitos, o que em termos práticos não contempla nem remotamente a possibilidade de que uma mulher seja obrigada a ter um filho ou a abortar contra sua vontade. Como tampouco colocar os homens no lugar de vítimas. Trata-se de pensar a assimetria que coloca nas mulheres os maiores custos e responsabilidades da reprodução. Privilegiamos neste ensaio as falas e as análises que julgamos que poderiam trazer aspectos novos para as pesquisas sobre o aborto e, no geral, para pensar o gênero na arena reprodutiva. Em conseqüência, esperamos que o efeito dessas contribuições seja o de identificar mais claramente os desafios conceituais e políticos que temos pela frente, no lugar de identificar nelas o silenciamento das mulheres, perspectiva que seria, a meu ver reducionista, e que nos faria recuar frente às demandas contemporâneas.

³³ Ver, além de BUTLER, J. *Gender Trouble... e Bodies that matter...* Op. cit., os postulados, ainda que em outra linha de pensamento, explicitados sobre essas questões por CONNELL, R. W. *Masculinities*. Los Angeles, Berkeley, University of California Press, 1995.